

BOLETIM 162

Brasília, 12 de julho de 2016

Mazinho reúne-se com Calixto para debater assuntos de interesse da CONTRICOM e do movimento sindical

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, se reuniu ontem (11) com o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e da CNTI, José Calixto Ramos, quando foram tratados importantes e atuais assuntos de interesse da confederação e do movimento sindical.

Segundo Mazinho, um dos temas abordados no encontro foram as pendências judiciais com a CNTIC – uma confederação paralela que buscou o seu reconhecimento legal, cujo registro foi cassado por todas as instâncias da Justiça do Trabalho. A última decisão judicial determina que o Ministério do Trabalho promova o cancelamento do registro antes concedido à entidade.

O assunto foi tratado com Calixto em razão da CNTI ter feito à época a primeira contestação da tentativa de criação da CNTIC em razão da inexistência legal da CONTRICOM.

Mazinho afirmou que houve um “consenso no sentido de considerar que, nessa fase do processo, quando a CNTIC perdeu em todas as



Calixto e Mazinho: defesa da CONTRICOM como única e legítima representante da categoria

instâncias judiciais, não tem sentido qualquer tipo de entendimento, a não ser no sentido de fortalecer ainda mais a CONTRICOM como a única e legítima representante, no plano nacional, dos trabalhadores da construção e do mobiliário do país. Nessa linha, estamos à disposição para qualquer entendimento”.

Financiamento sindical – Outra questão analisada no encontro foi quanto à tramitação do projeto que regulamenta o financiamento sindical, com a criação da taxa negocial. Segundo Mazinho, “há uma forte preocupação do presidente da Nova Central e de todo movimento sindical no sentido de evitar retrocessos na discussão da matéria que já foi aprovada, preliminarmente, na comissão especial da Câmara dos Deputados”.

“Há setores, como o PSDB, por exemplo, que tentarão acabar com a contribuição sindical compulsória em razão da criação da contribuição negocial, alegando que o trabalhador vai ser tributado duas vezes”, afirmou Mazinho, acrescentando, porém, que “essa argumentação não tem qualquer fundamento, pois são contribuições distintas. A sindical tem por objetivo garantir a sustentação material das entidades em



geral em todas as suas atividades regulares. Já a negocial tem o papel de fortalecer a ação das entidades nas negociações coletivas de trabalho”.

Mazinho acrescentou que “o relatório aprovado na comissão especial estabelece, por outro lado, limites para sua cobrança e assegura o direito de oposição do trabalhador, desde que seja na assembleia da categoria. Isso ajudar a moralizar a cobrança da referida contribuição e dá o direito de contestação tão alegado pelo Ministério Público”, afirmou.

O dirigente sindical disse, ainda, que “o fim da contribuição sindical compulsória constituirá um golpe fatal nas organizações dos trabalhadores, principalmente nas entidades de nível superior, cuja existência depende fundamentalmente dessa contribuição”.

O presidente da CONTRICOM informou que no encontro com Calixto ficou decidida uma ampla articulação, junto com outros setores do movimento sindical, “no sentido de buscar a sensibilização e o convencimento dos deputados, seja em Brasília ou nos seus Estados, para aprovar o relatório do deputado Bebeto, que, além de regulamentar a contribuição negocial, mantém a sindical”.

“O que está por trás dessa tentativa de acabar com a contribuição sindical compulsória é o interesse de alguns setores patronais para enfraquecer as organizações dos trabalhadores. Nesse momento de grave crise, de desemprego galopante, de visível queda no poder de compra dos salários e de ameaça aos direitos sociais e trabalhistas, fragilizar as entidades laborais passou a ser uma estratégia desses segmentos”, sentenciou Mazinho.

Mesa Permanente - Segundo o líder sindical, outro assunto tratado no encontro com

Calixto, cujo encaminhamento ficou para outra oportunidade, foi quanto à reativação imediata da Mesa Permanente da Construção Civil, organismo tripartite criada no âmbito federal com o objetivo de discutir as políticas do setor.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Calixto reafirma compromisso com redução da jornada para 40 horas

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), criticou Robson Braga de Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que, em reunião entre empresários ligados à inovação e o interino Michel Temer, propôs jornada de até 80 horas semanais.

Para Calixto, “o eixo da discussão é outro, buscando a redução, ainda que gradativa, da jornada de 44 para 40 horas”. O sindicalista lembra que o tema da redução não é estranho, também, a Temer, que o debateu com o movimento enquanto constituinte e depois na condição de presidente da Câmara.

Embora considere que a declaração do presidente da CNI deva ser vista com certa distância, “afinal, não há nada de concreto e específico nesse sentido”, o presidente da Nova Central chama atenção para o fato de haver grande número de projetos no Congresso, que, em sua opinião “tem o único objetivo de desmantelar as relações capital-trabalho que construímos ao longo do tempo”.

Tempo - O presidente da Nova Central recorda que a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais, “levou mais de 50 anos e que uma nova redução não pode mais demorar tanto tempo”. Para Calixto, “uma ampliação da jornada - com essa gravidade - certamente terá resistência dos trabalhadores”. Ele também considera que o interino Temer “não irá querer deixar como legado, e imagem à sociedade, medidas desse teor e um rebaixamento dos procedimentos junto aos trabalhadores”. E conclui: “Dentro da ordem legal, vamos resistir, como, aliás, temos resistido a outros ataques a direitos e conquistas.”

Fonte: Agência Sindical

Centrais rechaçam proposta de jornada de 80 horas: "é provocação"

Seis centrais sindicais do país emitiram nota nesta sexta (8) para rechaçar as declarações do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. No texto, as entidades afirmam que “propor uma jornada de 80 horas semanais é uma provocação ao povo brasileiro”.

Após encontro com o presidente interino Michel Temer, nesta sexta (8), o presidente da CNI, Robson Braga Andrade, disse que a indústria está “ansiosa” por medidas “duras” - como a reforma da previdência e alterações na legislação trabalhista - e citou como exemplo a França, afirmando que lá é permitido trabalhar até 80 horas por semana.



Assinado pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), o texto diz que a afirmação do empresário é “estapafúrdia” e “faz lembrar a situação da classe operária do século 19”.

Para os sindicalistas, a fala vai na contramão de todos os estudos sobre o trabalho no Brasil. De acordo com as centrais, uma jornada de 80 horas significaria atraso social, cultural e econômico, submetendo a classe trabalhadora a condições desumanas.

“As centrais sindicais conclamam à classe trabalhadora e ao conjunto do povo brasileiro para que se mantenham alertas, vigilantes e mobilizados para a luta contra o retrocesso neoliberal neste difícil momento da vida nacional, marcada por uma brutal ofensiva dos capitalistas contra o Direito do Trabalho, a democracia e a soberania nacional”, escrevem.



Confira na íntegra da nota das Centrais:

Propor jornada de 80 horas semanais é uma provocação ao trabalhador brasileiro

Nós sindicalistas repudiamos a sugestão, proferida pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, nesta sexta-feira (8), após uma reunião com o presidente interino Michel Temer e cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação), segundo a qual o Brasil deveria ampliar sua carga horária de trabalho em até 80 horas semanais e de 12 horas diárias para classe trabalhadora.

Neste momento em que as centrais sindicais buscam um diálogo, a fim de estabelecer um consenso benéfico para todos, tal afirmação, que faz lembrar a situação da classe operária do século 19, surge como uma provocação estapafúrdia ao povo brasileiro.

O que os trabalhadores querem e precisam é andar para frente, não retroceder na história. Neste sentido aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossa bandeira pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

A proposta da jornada de 80 horas semanais vai na contramão de todos os estudos sobre o trabalho no Brasil. Pesquisas do Dieese, por exemplo, apontam que a adoção das 40 horas semanais poderá gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho. Na mesma linha, estudos do Ipea apontam que uma jornada de 12 horas semanais seria suficiente para produzir a

mesma riqueza produzida com uma jornada legal de 44 horas.

A elevação do nível de emprego e dos salários irá beneficiar todo o país e promover o crescimento da economia brasileira, fortalecendo o mercado interno, ampliando o consumo e estimulando os negócios no comércio e na indústria.

A adoção de uma jornada de 80 horas semanais, por outro lado, causará um atraso social, cultural e econômico, submetendo a classe trabalhadora a condições desumanas afetando (1) sua saúde e qualidade de vida; (2) sua possibilidade de escolaridade e conhecimento; (3) e reduzindo seu tempo de vida social e cultural.

Acreditamos que a redução da jornada de trabalho sem redução de salário é indispensável para ampliar a oferta de emprego, na medida em que os ganhos de produtividade - fruto do desenvolvimento tecnológico e de formas mais avançadas de gerenciamento - requerem essa mudança. Qualquer medida contrária só ampliará a precarização e retirará direitos consagrados pela luta histórica da classe trabalhadora.

As centrais sindicais conclamam à classe trabalhadora e ao conjunto do povo brasileiro para que se mantenham alertas, vigilantes e mobilizados para a luta contra o retrocesso neoliberal neste difícil momento da vida nacional, marcada por uma brutal ofensiva dos capitalistas contra o Direito do Trabalho, a democracia e a soberania nacional.

Fonte: NCST



Após repercussão, CNI afirma que 'jamais' defendeu jornada maior

Depois da repercussão de declarações feitas durante evento realizado sexta-feira (8) em Brasília, com a presença do interino Michel Temer, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, divulgou nota para afirmar que ele "JAMAIS" (em letras maiúsculas) defendeu o aumento da jornada de trabalho. "A CNI tem profundo respeito pelos trabalhadores brasileiros e pelos direitos constitucionais, símbolo máximo das conquistas sociais de nossa sociedade", afirma a entidade, lembrando que a jornada semanal, pela Constituição, é de no máximo 44 horas.

A assessoria do presidente da entidade patronal divulgou trecho da entrevista coletiva de Andrade, que teria sido "erroneamente difundida". O dirigente lembra que a jornada brasileira é de 44 horas e que as centrais tentam reduzi-la para 40 horas. Depois, cita a reforma trabalhista em discussão na França, que tem sido alvo de protestos, para falar que o país europeu, com jornada de 36 horas, "perdeu competitividade" e pode aumentar o período para até 80 – na verdade, 60 horas semanais. O discurso era para defender a necessidade de mudanças no Brasil, também em nome da competitividade.

"Nós estamos ansiosos, na iniciativa privada, de ver medidas muito duras. Duras que eu digo, medidas modernas, mas medidas difíceis de serem apresentadas", afirmou o presidente da

CNI, citando a Previdência Social e a legislação trabalhista.

A Constituição, em seu artigo 7º, fixa a jornada máxima em oito horas diárias e 44 horas semanais. Mas permite a compensação de horários e a redução da jornada, "mediante acordo ou convenção coletiva". A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, artigo 59) permite acréscimo de duas horas extras, mediante acordo escrito ou contrato coletivo, com pagamento de 50% de remuneração em relação à hora normal.

No Parlamento, há mais de 20 anos circula uma proposta de emenda à Constituição (PEC), a 231, que reduz a jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário, e aumenta a hora extra para 75%. O texto foi apresentado em outubro de 1995 pelos então deputados Paulo Paim (PT-RS, hoje senador) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Desde 2009, a PEC aguarda votação em plenário, após aprovação em comissão especial.

A CNI diz não defender aumento da jornada legal. Mas há tempos propõe mudanças na legislação para permitir jornadas de trabalho diferenciadas. No documento Propostas da Indústria para as Eleições 2014, a entidade afirma: "As restrições à implementação de jornadas de trabalho diferenciadas impedem que as empresas ajudem seus padrões de operação ao formato mais eficiente e adequado à realidade do mercados".

Fonte: Rede Brasil Atual



Sindicalistas questionam revisão de benefícios previdenciários por conta de prejuízos aos trabalhadores

O presidente Interino Michel Temer anunciou a revisão benefícios previdenciários. Estima-se que serão reavaliadas três milhões de aposentadorias por invalidez e 840 mil auxílios-doença, pagos há mais de dois anos e concedidos judicialmente. A revisão será implementada por meio de Medida Provisória.

As iniciativas devem gerar economia de R\$ 7,1 bi por ano, de acordo com cálculos do governo. As projeções do impacto se referem a gastos atuais com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez de longa duração e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Reação imediata - As medidas causaram reações de sindicalistas que estão negociando com o governo propostas para que a reforma na Previdência não represente retrocessos. O diretor de comunicação da Nova Central, Nailton Francisco de Souza, disse à Agência Sindical que a revisão de benefícios pode trazer economia, num primeiro momento, mas não resolve o problema e ainda pode trazer mais prejuízos aos trabalhadores.

“Nós sempre insistimos na necessidade de fiscalizar as condições de trabalho, para que as pessoas não adoçam. Essa revisão pode se tornar uma perseguição a trabalhadores doentes, em

nome de corte de gastos, o que é muito perigoso”, aponta.

Gastos - O presidente em exercício do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, Carlos Ortiz, observa que as Centrais Sindicais já apresentaram ao governo uma série de propostas visando melhorar a gestão da Previdência e coibir gastos desnecessários.

“A gente sabe que existem problemas e distorções, mas não concordamos com a forma como as coisas estão sendo feitas, jogando todo mundo na mesma panela”, poderá Ortiz. Ele lembra que o sistema de fiscalização da Previdência foi sendo esvaziado ao longo dos anos, deixando o órgão despreparado para empreender uma fiscalização mais eficaz.

Fiscalização - Na prática, a revisão de benefícios já é recomendada a cada dois, mas isso não é feito desde 2008 por falta de peritos. Além disso, ao contrário do que poderia se supor, o governo não pretende contratar profissionais para fazer o pente fino nos benefícios.

Para viabilizar a revisão, os peritos do INSS deverão receber R\$ 60,00 por procedimento extra, sem deixar de cumprir a cota diária de perícias. Ou seja, há também a possibilidade de os peritos adoecerem e serem afastados por sobrecarga de trabalho”.

“Acreditamos que a medida é positiva porque há trabalhadores aptos a retornar aos postos de trabalho, que ainda não fizeram por não terem sido periciados. Mas, para isso, o governo precisa contratar peritos suficientes para esse censo”, defende o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT (Sindiap), Natal Leo.

Fonte: Diap



Publicada MP que prevê revisão de benefícios por incapacidade

Veja abaixo os principais pontos da norma. Critérios da convocação ainda serão definidos

A Medida Provisória nº 739 que prevê a revisão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidos há mais de dois anos foi publicada no Diário Oficial da União, nesta sexta-feira (8). Os segurados que estão nessa condição não precisam procurar as agências do INSS ou a Central 135, pois receberão comunicado oficial do instituto se houver necessidade de convocá-los para a realização de perícia médica.

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, reiterou que os principais objetivos da medida são a eficiência administrativa e, principalmente, a justiça: “Irão receber o benefício os segurados que realmente têm direito”.

Segundo a normativa, sempre que possível, a data de término do auxílio-doença deverá ser estabelecida já no ato da concessão do benefício (administrativa ou judicial). Caso isso não ocorra, o benefício deverá ser cessado em, no máximo, 120 dias, exceto se o segurado requerer a prorrogação.

A seguir, outras questões previstas na MP:

Sou aposentado por invalidez há mais de dois anos. Como devo proceder?

Você deve aguardar a convocação oficial pelo INSS para comparecer à agência e fazer a revisão de

seu benefício. O INSS deverá indicar data, local e horário.

Recebo auxílio-doença há mais de dois anos. Como devo proceder?

Para fazer a revisão de seu benefício será necessário aguardar a convocação oficial do INSS, que indicará data, local e horário para o comparecimento.

Sou aposentado por invalidez há menos de dois anos. Quando completar os dois anos, serei convocado?

Não necessariamente. Essa convocatória é para revisar benefícios mais antigos (estoque), mas todo segurado pode ser chamado a qualquer tempo para revisão.

Recebo auxílio-doença há menos de dois anos. Serei convocado para a revisão?

Não necessariamente. Nesse momento, a revisão será apenas para quem tem benefício por incapacidade mantido por mais de dois anos. No entanto, todo segurado pode ser chamado a qualquer tempo para revisão.

Quando começam as convocações para a revisão?

Um ato conjunto dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Desenvolvimento Social e Agrário ainda deverá definir os critérios para essa convocação. A expectativa é de que as primeiras convocações comecem ainda no segundo semestre.

Fonte: MT

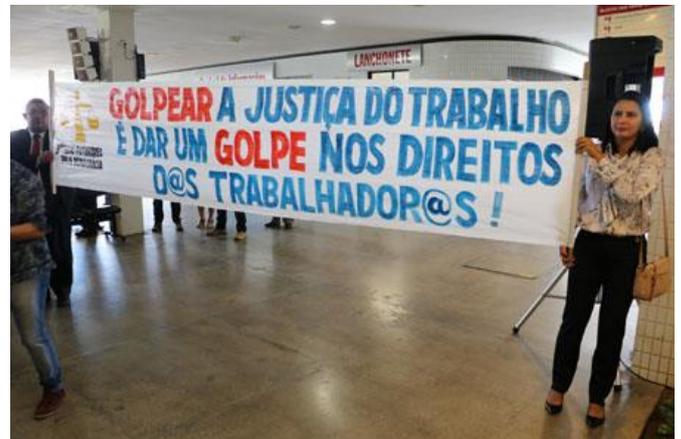
Cortes ameaçam fechar os tribunais trabalhistas

Tribunais regionais em todo o país ameaçam fechar as portas a partir de agosto por conta dos cortes de 30% nas despesas para manutenção e de 90% nos recursos para investimentos.

Em um país que contabiliza 11 milhões de desempregados e a tramitação de 3 milhões de novos processos judiciais a cada ano, a Justiça do Trabalho é que pede socorro. Diante de um corte orçamentário de 30% nas despesas de custeio e de 90% na verba para investimentos, tribunais trabalhistas ameaçam não funcionar a partir do mês que vem. Entidades representantes da categoria alegam que para fechar as contas dos 24 tribunais regionais do Trabalho (TRTs) no Brasil até o fim deste ano seriam necessários pelo menos mais R\$ 250 milhões.

Em abril, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, já havia feito o alerta ao afirmar que os efeitos da crise econômica e política do país fariam com que a Justiça trabalhista cruzasse os braços. Segundo ele, além de cortes no orçamento que reduziram recursos para manutenção e investimentos em sistemas eletrônicos da Corte, o crescimento das demissões no país aumentou o número de ações em tramitação na Justiça do Trabalho.

A redução orçamentária já levou a uma série de cortes de gastos e mudanças no horário de funcionamento e atendimento ao público no Distrito Federal e em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins, Rondônia e Acre. Ainda assim, a economia gerada com as medidas não foi suficiente para evitar o prejuízo para o cidadão. O



primeiro a fechar as portas, ainda este mês, pode ser o TRT da 15ª Região, sediado em Campinas, que sofreu corte de R\$ 49 milhões em suas contas.

O órgão é responsável pelas ações envolvendo patrões e empregados de 599 cidades paulistas, onde vivem 11 milhões de pessoas. A jornada foi mantida, mas o horário de atendimento ao público acabou antecipado para economizar energia, das 11h às 17h. Recentemente, o presidente do TRT-15, desembargador Lorival Ferreira dos Santos, afirmou que há o risco de uma pane no sistema e “reza todos os dias” para evitar a paralisação. Ainda não se sabe se as orações surtirão o efeito esperado.

Fonte: Jusbrasil



Comissão exclui benefícios da Previdência da renda para Minha Casa, Minha Vida

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou proposta que exclui do cálculo da renda familiar – para enquadramento no programa Minha Casa, Minha Vida – os benefícios da Previdência Social relativos à aposentadoria por invalidez, ao auxílio-doença e ao auxílio-acidente.

O relator da proposta, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), recomendou a aprovação do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 239/15, do deputado Luiz Couto (PT-PB).

A proposta original exclui do cálculo da renda apenas os benefícios recebidos em razão de problemas de saúde, mas a comissão aprovou um texto mais abrangente.

O Minha Casa, Minha Vida destina-se a promover o acesso à moradia de famílias com renda mensal de até R\$ 4.650, entre outros critérios. Há benefícios adicionais para famílias com rendas menores, de até R\$ 2.790,00.

O deputado argumenta que, ao contabilizar os benefícios previdenciários associados à doença, o governo comete distorções. “Mesmo que o benefício da Previdência Social represente um acréscimo na renda familiar, ele tem como objetivo apenas compensar os gastos mais elevados em que tais famílias incorrem, em função dos cuidados especiais demandados pela pessoa com problema de saúde”, afirmou.

Tramitação - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Presidente da CONTRICOM tem encontro com FETICOM-MG

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, se reuniu, na última sexta-feira (8), em Belo Horizonte (MG) com dirigentes da FETICOM-MG, quanto foram abordados vários assuntos de interesse do movimento sindical.

Segundo Mazinho, “o encontro serviu para que pudéssemos dar a nossa contribuição no sentido de fortalecer a unidade das diversas lideranças da categoria em Minas no processo eleitoral que renovará, em breve, a direção da FETICOM-MG”.

Argumentamos que “qualquer divisão nesse processo só enfraquecerá a luta dos trabalhadores da construção e do mobiliário do estado de Minas Gerais e fizemos um apelo pela união de todos em torno de um trabalho efetivo na defesa dos interesses de nossos operários, com o fortalecimento da entidade”.

Mazinho foi recebido pelo presidente da FETICOM-MG, companheiro Teófilo Ribeiro da Silva, que também é secretário para Assuntos de Habitação e Infraestrutura da CONTRICOM, e demais diretores da entidade.



Márcio, diretor da FETICOM-MG; Teófilo, presidente; Mazinho; e Wilson, também diretor da Federação durante reunião em BH

Marreta – O encontro em Minas contou, também, com a participação do companheiro Zildo Gomes Viana, presidente do STIC de Belo Horizonte e região, que informou sobre importantes ações da entidade, entre as quais a defesa dos direitos dos trabalhadores que se encontram ameaçados, a luta pela melhoria da qualidade da cesta-básica que é distribuída aos trabalhadores e a defesa da saúde e segurança dos operários da construção. O jornal *Marreta*, entregue ao presidente Mazinho, noticia o conjunto dessas atividades do Sindicato.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Zildo, do STIC de BH (Marreta); Teófilo (presidente da FETICOM-MG); e Mazinho (CONTRICOM), com demais diretores da Federação de Minas Gerais

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)